

entanto, persistiu até 1869. Há também alguns comentários a respeito da Lei do Ventre Livre (1871). Em um cuidadoso apêndice o A. coteja os dados numéricos relativos à introdução de africanos no Brasil.

Vemos, portanto, que se trata de um excelente trabalho de pesquisa onde a extinção do tráfico é considerada uma questão diplomática entre duas nações — uma rica e poderosa, outra pobre e dependente. Assim sendo, o A. não se preocupa detidamente com as transformações sócio-econômicas sofridas pelo Brasil e que teriam favorecido a formação de grupos hostis ao comércio de negros. Entretanto, o tipo de análise escolhida, seguindo os modelos tradicionais de abordagem do assunto, apresenta a vantagem de mencionar uma série de dados colhidos em documentação inglesa e africana. Desta maneira, aguardemos o trabalho que Leslie Bethell está atualmente preparando sobre a abolição da escravidão no Brasil. — IRENE MARIA ESTHER RUIZ.

ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS DE SERGIPE — "ZONA 6", publicação do Governo do Estado, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe — Aracaju, 1968, 150 páginas.

De acordo com o Conselho Nacional de Geografia, o estado de Sergipe possui terras distribuídas entre os seguintes quadros naturais:

- a) Litoral e Encosta
- b) Depressão Sanfranciscana
- c) Sertão e Encosta.

Estas regiões se subdividem, por sua vez, nas seguintes zonas fisiográficas: Zona Central, Zona do Litoral, Zona do Sertão do S. Francisco, Zona do Baixo S. Francisco, Zona Oeste. Por "Zona 6", o atual Governo de Sergipe teve por bem agrupar os seguintes municípios:

- Aquidabã — (Sertão)
- Capela, Malhada dos Bois, Muribeca, São Miguel do Aleixo, Siriri — (Centro)
- Cumbe, Nossa Senhora das Dores — (Oeste)
- Japarutuba — (Litoral).

Deste modo, vemos que o agrupamento destes municípios não se baseou em critérios ditados pela sua base geo-fisiográfica comum, mas teve como norma sobretudo razões de ordem político-administrativas. Como se percebe, nesta "Zona 6" estão incluídos municípios pertencentes a 4 das 5 zonas fisiográficas do Estado.

Logo no início desta publicação governamental, encontramos a seguinte nota preliminar: "O Governo do Estado de Sergipe, consciente da necessidade de encontrar uma fórmula capaz de melhormente estudar e solucionar os problemas dos municípios interioranos, houve por bem dividir esta Unidade Federada em sete (7) zonas, contando cada uma delas com um município-sede, onde se realizarão Encontros Regionais, a fim de serem debatidas as reivindicações dos municípios, para que se possa orientar convenientemente o planejamento estadual, partindo de informações mais condizentes com a realidade sócio-econômica de cada zona e de cada município em particular. "Assim, este livro é o primeiro de uma série de sete que deverão sair à luz na medida em que forem se realizando os referidos Encontros Regionais. Até o presente já foram publicados 2 estudos relativos às Zonas 6 e 7 do supra-citado Programa.

O estudo que ora resenhamos, encomendado pelo Governador Lourival Baptista para orientar seu plano de "interiorização do desenvolvimento", esteve a cargo do Departamento de Pesquisas e Estatísticas do Conselho do Desenvolvimento Econô-

mico de Sergipe (CONDESE). Tal órgão foi criado por Decreto assinado em 1959, reestruturado em 1964 por uma lei da Presidência da República.

Esta obra, coordenada pelo dinâmico economista Nilton Pedro da Silva, foi orientada desde o início para fins práticos e operacionais, tendo como ponto de partida as informações contidas nas seguintes fontes bibliográficas: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (Volume XIX, IBGE; 1959), *Anuário Estatístico do Brasil*, *Caderno do IBRA* (dez-67), *Censo dos Servidores Públicos Estaduais*. A visita de pesquisadores aos municípios, assim como as informações registradas nos Encontros Regionais, completaram as lacunas que as fontes escritas não resolviam.

O trabalho se divide em duas partes distintas e complementares: inicialmente há uma análise geral desta zona, onde foram focalizados os seguintes assuntos: análise sucinta da economia regional, demografia, setores econômicos fundamentais, estrutura fundiária, administração pública estadual, finanças públicas, infra-estrutura econômica, aspectos sociais. Esta primeira parte vai da página 1 à 48. Como panorama geral dos problemas sócio-econômicos regionais, diz o texto:

"A economia da zona tem-se caracterizado por uma quase absoluta dependência do Setor Primário, que é o principal gerador de seu Produto Bruto Interno. A inexistência de uma ocupação mais efetiva do território rural, o êxodo para os centros urbanos — principalmente daqueles indivíduos melhormente dotados, tanto física como intelectualmente — a falta de assistência médico-sanitária para a erradicação de terríveis mazelas que afligem sua população campesina, o irreconciliável sistema de tenência das terras, as relações de trabalho de características feudo-patriarcalistas, o analfabetismo, a inclemência dos fatores climáticos e outras variáveis de difícil quantificação, mas de fácil verificabilidade, podem ser analisadas para a instauração de uma política desenvolvimentista que conduza ao Interior a Justiça Social e os benefícios da civilização moderna.

A pecuária como principal atividade econômica da zona tem demonstrado sua incapacidade para a absorção da força de trabalho que constante e crescentemente se apresenta no mercado de fatores. Isto é perfeitamente explicável, pois a pecuária, dentre as atividades primárias é a maior poupadora de mão-de-obra. Assim, nas atuais condições, afigura-se-nos perfeitamente admissível a adoção de técnicas capital-intensivas no setor rural, sem prejuízo para o aumento da desocupação prevaiente, mas pelo contrário, com a notável possibilidade de serem criadas novas ocupações, pelo caráter multiplicativo das inversões em setores de baixa produtividade, como é o caso do setor primário da economia zonal. A impossibilidade de a curto prazo introduzir-se substanciais modificações no sistema de tenência das terras, indica-nos, como perfeitamente acertada, a política governamental de distribuição de terras recentemente iniciada no município do Porto da Folha.

Uma das causas primeiras do progressivo declínio da produtividade agrícola da zona é a pulverização dos imóveis rurais, com a subdivisão das propriedades em minifúndios de exploração anti-econômica, através do sistema de heranças. O esgotamento do solo pela sua secular e constante utilização sem observância de racionais técnicas de cultivo, também pode ser citado como condicionante dessa negatividade da taxa de crescimento da produtividade da agricultura. A combinação racional dos diversos fatores de produção existentes na zona e a aplicação de outros fatores exógenos àqueles que resultarem incomplementados, quando da referida combinação, possibilitarão o despertar do desenvolvimento zonal, com o real aproveitamento de todas as suas potencialidades". (1)

Como se pode ver, estas reflexões, um tanto audaciosas em se tratando de um documento que traz o "nihil obstat" do Governador do Estado, diz com clareza dos principais problemas que afligem estes 9 municípios sergipanos, apontando sumariamente as causas históricas e estruturais que são responsáveis pela manutenção desta situação crítica.

A segunda unidade da obra é a descrição sinóptica dos 9 Municípios desta Zona 6, incluindo em cada caso, os seguintes temas: aspectos históricos, físicos, demográficos, económicos, sociais; infra-estrutura; aspectos financeiros, outros aspectos do Município, tabelas. Esta parte vai da página 51 a 155.

Esta obra, destinada primeiramente à política desenvolvimentista do Governo de Sergipe, vem em boa hora fornecer valiosas informações quantitativas e qualitativas sobre 9 dos 74 municípios que formam o quadro político-administrativo desse Estado. É um trabalho sério e interessante que vem trazer um pouco mais de luz ao conhecimento global desta zona de Sergipe que caminha para o seu desenvolvimento sócio-económico. — LUIZ MOTT.

GIUSEPPE, Carlo Rossi — *La letteratura italiana e le letterature di lingua portoghese*. Torino, Società Editrice Internazionale, 1967, pp. 182.

O significado da publicação deste estudo, discreto na sua veste editorial singelamente elegante, transcende na realidade, quer pelo efetivo conteúdo quer pelo nível da realização científica, os limites sugeridos pelo título; a obra, de fato, não se confina, a despeito da imediata aparência, na órbita da literatura comparativa. Não queira esta observação, porém, parecer denotadora de menor apreço a respeito de tal tipo de estudos literários, mas sequer prevenir qualquer reserva suscitada por aquelas obras que se limitam, ou quase, à seca enumeração de elementos de contacto entre A e B. A Literatura Comparativa (de cuja existência de direito só se pode falar a partir de meados do século passado — Villemain, 1829) apresenta-se, pelo contrário, como um dos mais fecundos campos da crítica literária, já que a avaliação comparativa do fenómeno literário, particularmente (mas não restritivamente) no âmbito de culturas com idêntica matriz de civilização, é premissa indispensável e anterior a qualquer trabalho de investigação, por quanto possa parecer determinado e circunscrito o respectivo argumento. E hoje em particular, por força da visão multiforme, dinâmica e de conjunto imposta a todas as formas de atividade mental humanística pelas circunstâncias irreversíveis e iniludíveis criadas pelo progresso técnico, a crítica literária, se não há-de confinar-se num estático eruditismo, é destinada, sob pena de perder de perspectiva e não só os fenómenos da vida literária contemporânea, a abrir-se cada vez mais no sentido, precisamente, de um ampliamto no espaço e no tempo das áreas de investigação.

De assinalar, de passagem, que esta visão moderna e ativa do fenómeno literário é dominante no autor do volume em exame, de quem mesmo até breves artigos respiram com o largo fôlego de vastos horizontes de cultura.

Retomando o argumento, para quanto respeta aos estudos sobre as literaturas de língua portuguesa, o interesse da obra é por si evidente: trata-se do primeiro estudo crítico completo de conjunto das relações culturais e literárias de Portugal e do Brasil com a Itália, desde as origens até aos nossos dias, relações, é sabido — e muito mais se sabe depois da leitura deste livro —, de recíproco, contínuo, e por vezes determinante intercâmbio. Completo porque as notícias relativas à literatura são oportunamente integradas, com erudição minuciosa mas nunca gratuita, no panorama multiforme subjacente da cultura encadada em todos os seus aspectos, indagados estes por sua vez através das motivações sociais, económicas, políticas, e mesmo da oportuna significativa anedota.

Capítulos particularmente densos de inédita informação e lúcida interpretação crítica os dedicados ao Renascimento, ao Barroco, ao século XVIII, caracterizados pela intensidade contemporânea das relações entre as duas culturas; onde sobressai a exaustiva investigação sobre a poesia épica portuguesa do sé-